

## URBS – Urbanização de Curitiba S/A

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/ INVESTIMENTO	TOTAL DE RESERVAS			
SALDOS EM 31/DEZ/2018	84.093.257,00	0,00	966.858,00	122.079,00	1.088.937,00	36.774.032,99	(148.896.400,02)	(26.940.173,03)
AUMENTO DE CAPITAL	51.704,00							51.704,00
TRANSFERÊNCIA P/AFAC 31.12.2019		966.858,00	(966.858,00)		(966.858,00)			0,00
ADIANT. P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		1.500.000,00						1.500.000,00
APROVEITAMENTO PREJUÍZO FISCAL							5.512.537,15	5.512.537,15
LUCRO DO EXERCÍCIO							101.237,15	101.237,15
SALDOS EM 31/DEZ/2019	84.144.961,00	2.466.858,00	0,00	122.079,00	122.079,00	36.774.032,99	(143.282.625,72)	(19.774.694,73)
AUMENTO RESERVA DE CAPITAL			16.000.000,00					16.000.000,00
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO							(11.282.809,55)	(11.282.809,55)
SALDOS EM 31/DEZ/2020	84.144.961,00	2.466.858,00	16.000.000,00	122.079,00	16.122.079,00	36.774.032,99	(154.565.435,27)	(15.057.504,28)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2020	2019
Lucro (Prejuízo) do exercício	(11.282.809,55)	101.237,15
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0,00	6.287.649,64
Aproveitamento do prejuízo fiscal	0,00	5.512.537,15
Depreciação e amortização	295.199,05	349.711,77
<b>(Aumento)/Diminuição dos Ativos Operacionais</b>	<b>(2.104.937,03)</b>	<b>(1.932.729,68)</b>
Contas a receber	(2.840.290,73)	(2.236.776,78)
Outros direitos realizáveis	3.327.671,60	(2.419.351,61)
Impostos a recuperar	(203.872,21)	(443.982,51)
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	(2.437.579,07)	2.893.610,48
Adiantamento a fornecedores	18.081,15	(18.013,26)
Adiantamento a funcionários	65.484,95	460.979,93
Estoques	(34.432,72)	(169.195,93)
<b>(Diminuição)/Aumento dos Passivos Operacionais</b>	<b>(322.184,25)</b>	<b>(7.420.959,77)</b>
Fornecedores	985.125,06	936.440,15
Salários e encargos sociais	(491.017,83)	(1.389.024,81)
Impostos, taxas e contribuições diversas	(1.828.535,58)	(7.562.989,33)
Provisão para contingências	22.706,06	(535.831,46)
Valores transitórios/Planos comunitários	(9.118,64)	27.977,47
Adiantamentos de clientes	(567.118,56)	638.187,51
Outras contas a pagar	1.565.775,24	474.280,70
<b>Caixa líquido obtido nas atividades operacionais</b>	<b>(13.414.731,78)</b>	<b>2.897.446,26</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Resultado líquido na alienação de investimentos	0,00	4.994,04
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(129.077,25)	(75.690,27)
<b>Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>(129.077,25)</b>	<b>(70.696,23)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento reserva de capital	16.000.000,00	51.704,00
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	0,00	1.500.000,00
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>16.000.000,00</b>	<b>1.551.704,00</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>2.456.190,97</b>	<b>4.378.454,03</b>
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	9.960.061,70	5.581.607,67
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	12.416.252,67	9.960.061,70

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações e de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública e constituída na forma da Lei Municipal nº 6.155, de 26/jun/80, sendo regida por esta e pela Lei Municipal nº 4369, de 25/set/72.

A Companhia tem por finalidade administrar o Fundo de Urbanização de Curitiba, podendo à conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento Urbano do Município de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, bem como a comercialização de equipamentos urbanos.

Consoante legislação específica, a Companhia também exerce os poderes delegados pelo Executivo Municipal para gerenciar, administrar, planejar, disciplinar, fiscalizar e delegar a operação de serviços públicos e de utilidade pública municipais.

De acordo com as diretrizes emanadas do acionista controlador, a Companhia direciona-se prioritariamente para as seguintes atividades:

- Aperfeiçoar o planejamento, o gerenciamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, a curto, médio e longo prazo; e
- Aprimorar a administração e comercialização do uso dos equipamentos urbanos e espaços públicos e tornar os sistemas de deslocamento mais seguros, eficientes e acessíveis.

#### 1.1 IMPACTOS DECORRENTES DA PANDEMIA COVID-19

A pandemia do novo corona vírus (COVID-19) afetou profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, que são reflexo da redução na demanda por bens e serviços. Como o setor de Urbanização e Transporte é considerado serviço essencial para manutenção dos diversos segmentos da sociedade, entre eles, o industrial e o comercial, à partir de março de 2020, a Administração da URBS emitiu várias normas que tinham por objetivo a contenção da disseminação da doença na Companhia, de forma a minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, econômico-financeiras e técnica, bem como, na sociedade Curitiba e regional em geral, na qual a empresa presta relevante papel.

Neste sentido, a URBS criou uma Comissão Especial de Dirigentes e Colaboradores para adotar e propagar medidas de prevenção ao corona vírus. Assim, durante o exercício de 2020 foram promovidas relevantes medidas tais como: flexibilizar em dois turnos o expediente de seu quadro funcional, de modo a diminuir a presença simultânea de empregados nos locais de trabalho; o afastamento (sem prejuízo de remuneração) dos colaboradores que pertencem à grupos de risco.

Promoveu-se no período a redução (de maio à agosto) do valor cobrado pelo estacionamento dos seus colaboradores, a adoção de reuniões por videoconferência; a constante melhoria na estrutura física e na sanitização dos locais de trabalho (através da nebulização à frio); a distribuição de máscaras de proteção aos colaboradores; acompanhamento do quadro de saúde dos colaboradores com o apoio da medicina do trabalho, além da disponibilização constante de álcool gel e da aquisição de tapetes sanitizantes e de outros dispositivos para combate à pandemia, preocupando-se também em dar publicidade à estas aquisições, através da publicação em seu portal, das quantidades e valores dos bens e serviços.

Também destacaram-se ações emanadas diretamente à coletividade municipal como o mapeamento da utilização do Transporte Coletivo por setor, a Plotagem de máscaras em Bricatculados, desinfecção de 2.640 pontos de parada de ônibus e de 271 estações tubo, a obtenção de apoio do Exército Brasileiro para manter a taxa de ocupação nos ônibus de no máximo 50%, a suspensão da prova de vida para os usuários do Transporte Coletivo idosos ou portadores de patologias crônicas, dentre outras relevantes ações.

#### 1.1 IMPACTOS ECONÔMICOS DA COVID-19

Diante do cenário de incertezas econômicas resultantes da pandemia do novo corona vírus, a Companhia está acompanhando ativamente os desdobramentos no comportamento econômico e social, sobretudo nas consequências aos usuários e destinatários dos serviços da URBS S/A. A empresa ainda entende existirem riscos na continuidade de sua operação, devido aos contínuos prejuízos operacionais apresentados ao longo dos anos, sendo portanto, anteriores ao advento da pandemia. Contudo, a empresa já demonstrou sua capacidade de reversão desta situação adversa, principalmente, devido à robusta recuperação econômica apresentada no ano de 2019, onde as contas foram superavitárias. Contudo, cabe apresentar a seguir a mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo corona vírus e que afetaram diretamente o resultado do exercício 2020 da empresa:

A URBS, entendendo o delicado momento da economia por conta da COVID-19, promoveu a redução de 50% no valor das Permissões de Uso nos meses de abril a novembro/2020, bem como, a Isenção da Taxa de Permissão de Uso para locais fechados por conta de Decretos visando o combate aos efeitos da pandemia na sociedade.

Além disto, foram promovidas postergações no recolhimento de outorgas, desconto de 90% nos valores relativos à transferência de titularidade de táxi para viúvas, herdeiros e autoritários que apresentassem atestados de incapacidade laborativa; além de isenções de taxas aos taxistas, dentre outras medidas destinadas ao setor.

A Receita Operacional Bruta apresentou um decréscimo de 27,79%, passando de R\$ 93,2 milhões, para o patamar de R\$ 67,3 milhões. As receitas auferidas à título de Permissão de Uso decairam cerca de 20%.

Os valores da Receita de Prestação de Serviços passaram de R\$ 4,5 milhões em 2019 para o montante de R\$ 2,6 milhões em 2020, uma queda de aproximadamente 43%. Foram relevantes também as quedas na Receita com Vendas (67%), com Taxas (17%), além da Taxa de Administração do Fundo de Urbanização de Curitiba, reduzida em cerca de 30%, passando de um total de R\$ 35,1 milhões para apenas R\$ 24,4 milhões e da Taxa de Embarque que apresentou decréscimo de 50% (de R\$ 18,7 milhões em 2019 para R\$ 8,6 milhões em 2020).

Por outro lado, a URBS S/A se utilizou dos benefícios da medida Provisória nº. 927/2020 que concedeu o diferimento do FGTS relativo aos meses de março, abril e maio, bem como, da Portaria nº 139/2020 que concedeu prorrogação dos prazos de recolhimento do PIS e COFINS referentes às competências de março e abril, além de prorrogar os prazos de recolhimento do INSS da parte patronal, relativas às competências de março e abril/2020 para os vencimentos 20/08/2020 e 20/10/2020.

A empresa também pôde utilizar-se dos benefícios da Portaria nº 245/2020 publicada em 15/06/2020 que prorrogou o vencimento do PIS e da COFINS relativo a competência de maio/2020, uma vez que seu vencimento originalmente era 26/06/2020 e passou a ser 25/11/2020.

As estratégias e ações da empresa no exercício 2020, apesar de terem sido profundamente afetadas pelas consequências da pandemia e das inúmeras medidas de enfrentamento desta por parte do poder público das três esferas de governo, demonstram que a URBS manteve-se sólida em sua função empresarial e social no contexto em que está incluída.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em reais, de forma comparativa com o exercício anterior e em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as diretrizes da Lei nº. 6.404/76, atualizados pela Lei nº 11.638/2007, Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a

Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

As informações sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 5 – Contas a Receber, Nota 6 - Outras Contas a Receber; Nota 9 – Imobilizado e Intangível e Nota 16 – Provisões para Contingência.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial e estão refletidos no resultado do exercício.

#### 2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

#### 2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03(R2)/2010.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

##### 3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

##### 3.2 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERMISSIONÁRIOS

As contas a receber de clientes e permissionários são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

##### 3.3 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

##### 3.4 IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário e estão representados substancialmente por imóveis (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia. As depreciações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - segundo Nota Explicativa nº9.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

##### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

##### Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível

Os bens do ativo imobilizado e intangível, os quais com vida útil definida, são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas por ela gerenciadas e principalmente relacionadas principalmente a receitas de vendas de cartão transporte, locação e permissão de uso de imóveis próprios, taxas de administração do FUC – Fundo de Urbanização de Curitiba e receitas decorrentes do serviço de táxi. Desta forma a metodologia aplicada para os testes de impairment não se baseiam unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos, a ativos similares em bases equivalentes de Mercado, na data de preparação das demonstrações contábeis sendo que, com exceção de Edifícios e Terrenos, o imobilizado da Companhia está praticamente todo depreciado.

#### 3.4 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### 3.5 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 16.

##### Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

##### Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas cíveis, trabalhistas, tributárias e administrativas, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 34.969.113,61 em 31 de dezembro de 2020, conforme Nota Explicativa nº 16.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 7, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações, por parte dos assessores jurídicos.

#### 3.6 IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em base corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

##### Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14, a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes, são calculados com base no lucro real tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

##### Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros que sejam suficientes para consumir o montante total desses tributos diferidos.

#### 3.7 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

#### 3.8 RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços, locação de imóveis próprios, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes, a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho no contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

#### 3.9 APURAÇÃO DO RESULTADO, ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. O ativo circulante e à longo prazo, quando aplicável, são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. O passivo circulante e à longo prazo, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

#### 3.10 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em